

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Realizada em 29 de Setembro de 1971
Ata da 168.ª Sessão Ordinária
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Arizone Araújo.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Marciano Baraniuk, Mugiaty Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Igo Losso, Leopoldo Jacomel e Xenofonte Villarrueva (40); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Maurício Fruct, Nivaldo Krüger e Pinto Dias (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.os 315-70, 184-71, 138-71.

— De autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando seja dispensado de publicação o Projeto de Lei n.º 8-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apêlo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes no sentido de ser realizado o revestimento, com pedras rebritadas, da estrada que demanda da sede do município de Dois Vizinhos ao Salto do Chopim, onde se encontra instalada a Usina de Mesquita Filho, bem como a Usina de Salto Osório, em constru-

ção motivos estes que justificam a convergência de grande número de pessoas nessa região.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971.

(a) — **Domício Scaramella**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

CONSIDERANDO:

- 1) — que a menor denominada simplesmente "Mônica", foi encontrada abandonada na comarca da Lapa;
- 2) — que a mesma vem sendo apresentada pela imprensa escrita e falada do país, assim como programas de televisão, sem que se saiba a situação de direito em que a referida menor se encontra, apesar da legislação indicar responsável de direito;
- 3) — a possibilidade de terceiros inescrupulosos estarem tirando proveito da situação em que a mesma se encontra;
- 4) — e pensando, sobretudo, no futuro da referida menor, requer a Vossa Excelência que encaminhe ofício urgente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca da Lapa, neste Estado, solicitando as seguintes informações:
 - a) — Existe ou não processo relativo ao abandono da menor?
 - b) — se foi nomeado curador à menor e, em caso afirmativo, quem?
 - c) — onde a menor se encontra depositada e sob responsabilidade de quem?
 - d) — se os exames médicos, principalmente de anarco-análise, divulgados pela revista "O Cruzeiro" vêm sendo feitos por médicos legalmente compromissados, por determinação deste Juízo. Em caso afirmativo, dizer qual o nome do médico;
 - e) — com relação ao caso, qual foi a atitude tomada pelo Ministério Público?
 - f) — se é do conhecimento desse Juízo a existência de algum "Cachet" pago à menor por suas apresentações em programas de televisão ou pela mencionada revista.

Requer, ainda, que da manifestação do Plenário, se dê ciência ao Doutor Flávio Cavalcanti, Diretor do "Programa Flávio Cavalcanti", na TV — Tupi Canal 6, no Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

(a) — **Alvaro Dias**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Diretor do DETRAN, arquiteto Marcos Prado, solicitando revogação da exigência de teste para os despachantes que estão no exercício desta atividade há mais de 3 anos.

Como se recorda, o Diário Oficial, em data de 9 do corrente, estabeleceu uma série de exigências para o desempenho do cargo de Despachante Oficial do DETRAN, medida que atingiu inclusive aos profissionais que foram credenciados há muitos anos.

É de se ressaltar que a decisão do DETRAN é muito oportuna em parte, pois inegavelmente virá trazer uma alta valorização para aquela categoria profissional. No entanto, para que a lei não tenha efeito retroativo, seria inconveniente qualquer espécie de teste para os atuais despachantes, porquan-

to a experiência que adquiriram no decurso de tantos anos os tornam habilitados para o honroso cargo.

Reafirmando a compreensão nos altos propósitos da direção do DETRAN, apela para o atendimento do apêlo ora formulado.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971.

(a) — Antônio Belinati

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 212-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Casa da Estudante Universitária desta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971.

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

Uma das preocupações maiores do governo revolucionário é o amparo ao estudante universitário, fonte de idéias renovadas e esperança de um Brasil maior. Tudo o que se fizer com o desiderato de solucionar problemas acadêmicos, estará sendo realizado em prol do bem comum, pois as Universidades e as entidades assistenciais acadêmicas englobam as futuras elites dirigentes da nossa Pátria.

Assim, a Casa da Estudante Universitária, amparo material e espiritual de inúmeras componentes da problemática universitária do Paraná, sendo declarada de utilidade pública, verá materializado um sonho antigo e poderá cumprir suas altas finalidades com um pouco menos das urgentes dificuldades com as quais momentaneamente luta para a conservação de seus ideais.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli. (Pausa). Não estando presente o primeiro orador, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati. (Pausa). Não se encontrando presente o Sr. Deputado Antônio Belinati e havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94-69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Piraí do Sul, para construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município à Rodovia PR-11. — Parecer favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para cons-

trução de uma ponte de concreto sobre o Rio Pirapó. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-70, de autoria do Dep. João Mansur, fica regulamentada a Assistência Médico Hospitalar ao Funcionário Público e seus dependentes através do Instituto de Previdência do Estado e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-71 de autoria do Dep. Francisco Escorsin, cria na cidade de Terra Roxa, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com SUBSTITUTIVO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44-71, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 80,00 a cada uma das trigêmeas Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, nascidas nesta Capital a 23 de março de 1971. — Pareceres favoráveis a C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100-71 de autoria do Dep. Erondy Silvério acrescido do Artigo que especifica, à Lei N.º 5.611, de 09 de agosto de 1967. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-69, de autoria do Dep. Pinto Dias, que autoriza a Produção e Aquisição de Sementes de Algodão em todo o território Nacional, pelas cooperativas legalizadas, proibindo a cessão, ou revenda a terceiros pelos cooperados e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 32-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As cooperativas devidamente legalizadas ficam autorizadas a produzir e adquirir sementes de algodão em qualquer parte do território nacional, para posterior distribuição aos respectivos cooperados.

§ único — Fica expressamente vedado aos cooperados revender ou ceder a terceiros as sementes de algodão distribuídas pelas Cooperativas, ficando os infratores sujeitos às penalidades legais, aplicáveis através de fiscalização exercida pelo órgão próprio da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1969.

a) Dep. Pinto Dias

JUSTIFICATIVA:

É notoria a atual dificuldade existente para a produção e aquisição de sementes de algodão destinadas à ampliação e aprimoramento da cotonicultura em nosso Estado. As restrições são enormes, impossibilitando um perfeito desenvolvimento da cultura do algodão.

Permitindo-se que as Cooperativas devidamente legalizadas produzam e adquiram as sementes em qualquer parte do território nacional, possibilitar-se-á seleção e a necessária expansão à cotonicultura, pois é óbvio que as mesmas procurarão conseguir tais sementes da melhor qualidade para ger-

minação, tornando assim perfeitamente acessível aos respectivos cooperados a ampliação e aprimoramento de suas lavouras. Inegável ainda que isso beneficiaria enormemente os agricultores de nossa terra, com reflexos altamente positivos para a economia do Estado do Paraná.

Assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

aa) Agnaldo Pereira Lima
Leopoldo Jacomet
Roberto Wypych
David Federmann
Abrahão Miguel
Olavo Ferreira
João Mansur
Ernesto Moro
Erondy Silvério
Armando Queiroz
Fabiano B. Cortes
Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 32-69

1. — O Deputado Benedito Pinto Dias, autor do projeto ora sob exame, oferece condições às cooperativas, devidamente legalizadas, a produzir e adquirir sementes de algodão em qualquer parte do território nacional, para posterior distribuição aos respectivos cooperados.

Em outro tópico de sua iniciativa, impõe penalidades aos cooperados, caso revendam ou cedam a terceiros as sementes de algodão distribuídas pelas cooperativas. Tais sanções, segundo o projeto, serão aplicadas pelo órgão fiscalizador da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura do Estado do Paraná.

2. — A guisa de justificativa, relata o ilustre legislador a atual dificuldade existente para a produção e aquisição de sementes de algodão destinadas à ampliação e aprimoramento da cotonicultura paranaense. Destaca ainda, que possibilitadas condições, as cooperativas procurarão obter sementes da melhor qualidade e de maior índice de germinação, cujo resultado redundará em benefício dos produtores do Estado, com reflexos positivos à economia paranaense.

3. — O projeto, na nossa opinião, encerra medidas de alto sentido em favor da nossa cotonicultura. Ninguém desconhece as dificuldades encontradas pelos lavradores, principalmente no interior do Estado, na aquisição de sementes altamente qualificadas. Muito embora o Governo Estadual mantenha diversos órgãos com a incumbência de dar assistência ao homem do campo, em todos os setores, ainda há algumas falhas nas suas atuações. Assim, a outorga pretendida pelo nobre deputado Benedito Pinto Dias, às cooperativas ceostaduanas, poderá suprir todas as deficiências e atender, com maior amplitude, as justas reivindicações dos produtores do chamado "ouro branco".

4. — Discordamos, todavia, com ilustre deputado autor do projeto, quando autoriza as cooperativas, na sua proposta, a produzir sementes de algodão fora da área estadual. Ora o favorecimento não pode ir além do âmbito do território paranaense, onde o Poder Público tem amplas prerrogativas para conceder favor fiscal ou outra espécie de regalia. Se tal acontecesse, o procedimento se constituiria numa invasão indevida nas atribuições exclusivas dos dirigentes de outras unidades da Federação.

5. — Afora esse fato, sob o aspecto constitucional e legal, o projeto não encontra obstáculos que detenham a sua tramitação nesta Casa de Leis. To-

dovia, para suprir a anomalia referida no tópico acima, elaboramos um Substitutivo Gerl ao plano de lei, que não altera a sua essência, mas apenas limita a área onde as cooperativas poderão atuar na produção de sementes.

Destarte analisada a oportunidade e a legalidade da matéria, o nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1969.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Luiz Renato Malucelli

Ovídio Franzoni

Ernesto Moro

Haroldo Bianchi

Antônio Lopes Júnior — vencido

Sílvio Barros — vencido

SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI N. 32-69

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — As cooperativas devidamente legalizadas ficam autorizadas a produzir, no Estado do Paraná, e adquirir sementes de algodão em qualquer parte do território nacional, para distribuição aos respectivos cooperados.

§ UNICO — Fica expressamente vedado aos cooperados revender ou ceder a terceiros as sementes de algodão distribuídas pelas cooperativas, ficando os infratores sujeitos às penalidades legais, aplicáveis pelo órgão próprio da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1969.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Luiz Renato Malucelli

Ernesto Moro

Sílvio Barros — vencido

Antônio Lopes Júnior — vencido

Ovídio Franzoni

Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE AGRICULTURA

P A R E C E R

Ao Projeto de Lei n.º 32-69

O Projeto apresentado pelo deputado Pinto Dias e que agora vem a esta Comissão para receber o competente parecer, é de grande interesse para o nosso Estado, o qual ainda tem sua base principal de arrecadação na Agricultura.

Todavia, examinando o Projeto, verificamos que o art. 1.º merecia um reparo na forma de redação, eis que é de nosso interesse que as cooperativas legalmente autorizadas produzam sementes, no Estado do Paraná.

E considerando, que o Paraná por falta de Estações Experimentais, especializadas no cultivo do algodão, nada mais justo do que as Cooperativas possam comprar sementes selecionadas de alto padrão genético em outros Estados.

E essa medida virá revigorar novamente a cultura do algodão no Estado, que se encontra em decadência, sendo um dos motivos, é péssima qualidade de sementes distribuídas aos lavradores.

Assim sendo, somos de parecer favorável a aprovação do Projeto de Lei n.º 32-69, mas na forma do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1971.

aa) Antônio Maciel — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

Hélio Manfrinato

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205-70, de autoria do Dep. Eron-
dy Silvério, ficam isentas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias as
operações decorrentes da industrialização ou comercialização de cal. — Pa-
recer da C.C.J. pela REJEIÇÃO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 205-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Ficam isentas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias as
operações decorrentes da industrialização ou comercialização da cal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970.

a) — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Sobre quaisquer modalidades e atividades da produção, comércio, dis-
tribuição, consumo e exportação de substâncias minerais ou fósseis originá-
rias do País, exceto combustíveis, deve incidir o imposto único sobre mine-
rais, regulamentado pelo Decreto Federal n.º 55.923, de 14 de abril de 1965.

Esta norma aplica-se à cal, produto obtido por aquecimento do minério
do carbonato de cálcio (MANSUR GUÉRIOS, Dicionário Cultural da Língua
Portuguesa).

Ora, ante a incidência do imposto único sobre minerais, não é válida
a tributação sobre industrialização ou comercialização da cal a título de ICM
(Imposto de Circulação de Mercadorias), pela vedação, que é inerente ao
sistema tributário nacional, da bi-tributação com base no mesmo fato gerador.
Essa vedação atinge mesmo a União Federal ("A União poderá, desde que não
tenham base de cálculo e fato gerador idêntico" instituir novos impostos ;
CF, art. 18, § 5.º).

Diante do exposto, é de se esperar a aprovação do presente Projeto pelos
nobres Deputados que integram esta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 205-70

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SÚMULA: "Isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias, as
operações decorrentes da industrialização ou comercia-
lização da cal".

P A R E C E R

1) A iniciativa foi elaborada atendendo o que dispõe o artigo 123 e seus
parágrafos, do Regimento Interno.

2) Referida iniciativa fere preceito de ordem constitucional, eis que, a
concessão de isenção ali pretendida, somente será possível desde que se
verifique a existência do competente convênio, segundo o que preceitua o § 6.º,
II, do art. 23, da Constituição Federal, que está assim redigido:

"Art. 23 —

I —

II —

§ 6.º — As isenções do imposto sobre operações relativas a circulação de
mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos fixados em convênio,

celebrados e ratificados pelos Estados, segundo o disposto em lei complementar”.

Por outro lado, o aludido projeto fere o que preceitua a alínea “a”, § 1.º, do art. 25, da Lei Maior estadual.

Assim, pois, tendo em vista a inconstitucionalidade apontada, somos pela sua **rejeição**.

S. M. J., é o parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1971

aa) **Wilson Brandão — Presidente**

Arthur de Souza — Relator

Armando Queiroz

Emílio Carazzai

Igo Losso

Sebastião R. Júnior

Muggiati Filho

Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 138-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 184-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 315-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser realizado o revestimento, com pedras rebritadas, da estrada que demanda da sede do Município de Dois Vizinhos ao Salto do Chopim. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, será lido pelo Sr. 1.º Secretário, para melhor conhecimento dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o requerimento).

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós solicitamos a V. Exa. a retirada do nosso requerimento e, endereçamos outro, a fim de que, seja apreciado na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Retirado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido da revogação de teste para os despachantes que estão no exercício desta atividade há mais de três anos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando seja dispensado de publicação o Projeto de Lei n.º 71. — **Aprovado.**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, inscrito para explicação pessoal.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 32-69, 205-70;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-69.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 18.a REUNIÃO ORDINÁRIA**

As dezesseis horas e trinta minutos, do dia primeiro de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão e presentes os Senhores Deputados Odilon Reinhardt, Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, José Muggiati Filho, Armando Queiroz, Igo Losso, Acyr José, Sebastião Rodrigues Júnior e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 113-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Proíbe toda e qualquer propaganda particular, dentro das faixas de domínio das Rodovias Estaduais. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 121-71, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Ação Social Assembléia de Deus com sede em Barracão. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável com substitutivo. — Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 137-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Declara de utilidade pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (Fundenorpa). Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. — 4) — PROJETO DE LEI N. 140-71, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo criar mediante decreto, uma Inspeção de Ensino, em Capanema e jurisdição nos Municípios que especifica. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 308-70, de autoria do Senhor Deputado José Alencar Furtado. Declara de utilidade pública a Fundação Educacional Itaquí, com sede no Município de São José dos Pinhais. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios anostos às PROPOSIÇÕES N.os 40—71, 43—71, 45—71, 53—71, 55—71, 56—71, 59—71, 61—71, 62—71, 65—71 e 66—71, todos concluindo que os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

aa) **WILSON BRANDÃO — Presidente**

RITA CELESTINO SOARES — Secretária.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA DA 19.a REUNIÃO ORDINÁRIA**

As quinze horas e trinta minutos, do dia quinze, do mês de setembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, compareceram os Senhores Deputados Wilson Brandão, Presidente da Comissão, Sebastião Rodrigues Júnior, Emilio Carazzai e Cândido Manuel, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo, com o fim de realizar a 19.a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, não abriu os trabalhos. Nada sendo decidido. O Senhor Presidente solicitou a esta Secretaria que fôsse lavrado um Termo de Ata constando a relação dos Senhores Deputados presentes à Reunião. Determinou que fôsse

notificada aos Senhores Deputados, Membros desta Comissão, a próxima reunião Ordinária que se realizará no dia vinte e dois do corrente. Nada mais havendo para constar foi lavrado o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado por todos os Membros, será assinado por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

aa) **WILSON BRANDÃO — Presidente;**
RITA CELESTINO SOARES — Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA DA 20.a REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezessete horas e trinta minutos, após do término da Sessão Plenária, do dia vinte e dois, do mês de setembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, compareceram os Senhores Deputados Wilson Brandão e José Muggiati Filho, e o Senhor Assessor, Doutor, José Maria Zanardini de Camargo, com o fim de realizar a 20.a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, não abriu os trabalhos. Nada sendo decidido. O Senhor Presidente solicitou que fosse lavrado um termo de Ata e convocação extraordinária, para o dia de amanhã, vinte e três de setembro. Nada mais havendo para constar, foi lavrado o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado por todos os Membros será assinada, por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

aa) **WILSON BRANDÃO — Presidente;**
RITA CELESTINO SOARES — Secretária.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a Legislatura — 1.a Sessão Legislativa

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado A. Maciel Filho apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 193-70 — de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Mandaguari, com jurisdição nos Municípios que especifica. PROJETO DE LEI N. 141-71 — de autoria do Senhor Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Senhora Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiúva do Sul. PROJETO DE LEI N. 104-71 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem-Estar do Menor "Fundabem", com sede na cidade de Pato Branco. PROJETO DE LEI N. 79-71 — de autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, que declara de utilidade Pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama. PROJETO DE LEI N. 75-71 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M.M. de Oliveira e do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo permutar com o município de Itapejara D'Oeste, lote de terreno que especifica. PROJETO DE LEI N. 27-71 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M.M. de Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, entidade mantenedora da Escola Mercedes

Stresser. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- a) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente;
a) Lélío Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 27-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, com sede e fóro nesta Capital, entidade mantenedora da Escola Mercedes Stresser.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-09-71.

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
A. Maciel Filho — Relator
Wilson Brandão
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 75-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar com o município de Itapejara D'Oeste, o lote de terreno sob n. 7, da quadra n. 35, da Planta do Município de Itapejara D'Oeste, pelo lote de terreno n. 15, da quadra n. 64, da mencionada Planta.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-09-71.

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
A. Maciel Filho — Relator
Wilson Brandão
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 79-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-09-71.

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
A. Maciel Filho — Relator
Wilson Brandão
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 104-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem-Estar do Menor "FUNDABEM", com sede na cidade de Pato Branco.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-09-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator

Wilson Brandão

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 141-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a sra. Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiúva do Sul.

Art. 2.o — As despesas decorrentes da presente Lei, ocorrerão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-09-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator

Wilson Brandão

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 193-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no município de Mandaguari, com jurisdição nos municípios de Jandaia do Sul, Cambira, Marumbi, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Itambé e Marialva.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

A. Maciel Filho — Relator

Wilson Brandão

Maurício Fruet